



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

RELAT-DCI - 52020

Código de validação: 9775FD4DD7

Relatório do Sistema de Controle Interno

Fundo Especial da Escola Superior de Magistratura do
Estado do Maranhão – FESMAM





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

Prestação de Contas – Exercício 2019





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	3
1. DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL	4
2. DA EXECUÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	5
3. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	6
<i>3.1. Da realização da receita</i>	<i>7</i>
<i>3.2 Da realização da despesa</i>	<i>10</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	12





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

INTRODUÇÃO

O presente Relatório é parte integrante da documentação exigida para fins de Prestação de Contas Anual, nos termos da Instrução Normativa nº 26/2011 e consoante à sistemática definida na Instrução Normativa nº 12/2005, ambas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

O objetivo deste documento é avaliar a regularidade da realização da receita e da despesa, a execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, referentes ao exercício financeiro de 2019.

A prestação de contas do Poder Judiciário do Maranhão perpassa por seis unidades orçamentárias diferentes: o Tribunal de Justiça – TJMA (04101), a Corregedoria Geral de Justiça – CGJ (04102), o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERJ (04901), o Fundo da Escola Superior da Magistratura do Maranhão – FESMAM (04902), o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão – FERC (04903) e o Fundo Especial de Segurança dos Magistrados –FUNSEG (04904).

Nesta oportunidade analisar-se-á apenas a execução orçamentária do Fundo da Escola Superior da Magistratura do Maranhão – FESMAM, posto que as demais serão avaliadas em instrumentos próprios.

As constatações e considerações apresentadas pelo Controle Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão, atividade exercida pela Diretoria de Controle Interno, basearam-se em informações prestadas pela Diretoria Financeira; nos instrumentos de planejamento orçamentário; e, em análises de processos e documentos administrativos.





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

1. DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual vigente no quadriênio 2016-2019 foi estabelecido pela Lei nº 10.375 de 16 de dezembro de 2015. O Programa macro do Poder Judiciário previsto no PPA/2016-2019, Prestação Jurisdicional (código 0543), teve por finalidade *“proporcionar à sociedade maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade”*. Este programa foi subdividido em 9 (nove) Ações, das quais, 1 (uma) foi desenvolvida pelo FESMAM (UO 04902), a saber, 4438 – Promoção da Educação e do Conhecimento no Poder Judiciário.

O valor total planejado para o Programa Prestação Jurisdicional (código 0543) no ano de 2019 foi de R\$ 1.051.737.889,19 (um bilhão cinquenta e um milhões setecentos e trinta e sete mil oitocentos e oitenta e nove reais e dezenove centavos). Deste valor, 0,06% destinava-se à Ação 4438 – Promoção da Educação e do Conhecimento no Poder Judiciário, ou seja, R\$ 650.296,00 (seiscentos e cinquenta mil duzentos e noventa e seis reais).

AÇÕES PPA 2016-2019 DO PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL						
Projeto / Atividade	Finalidade	UO	Produto	Unidade de Medida	Metas	
					Física	Financeira
4438 - Promoção da Educação e do Conhecimento no Poder Judiciário	Promover a realização de cursos para formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão	FESMAM	Pessoa capacitada	unidade	-	650.296,00

Fonte: PPA 2016-2019 disponível em: <https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/LEI-N%C2%B0-10.375-DE-16-DE-DEZEMBRO-DE-2015-PPA-2016-2019.pdf>, acessado em 20/03/2020.





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

Segue abaixo a execução do PPA no exercício de 2019 para o FESMAM:

PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL			
Projeto / Atividade	4438 - Promoção da Educação e do Conhecimento no Poder Judiciário		
Produto	Pessoa capacitada		
Unidade de Medida	unidade		
Metas Físicas			
Planejado (A)	Realizado (B)	Eficácia (B/A)=C	
1.050	744	0,71	
Metas Financeiras			
Planejado (D)	Realizado (E)	(E/D)=F	Eficiência (C/F)
650.296,00	707.242,20	1,09	0,65
Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia >= 1,0 e Não Eficácia < 1,0			
Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Média Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50			
FONTES:			
1- PPA 2016-2019 disponível em: https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/LEI-N%C2%B0-10.375-DE-16-DE-DEZEMBRO-DE-2015-PPA-2016-2019.pdf , acessado em 20/03/2020.			
2 - SISPCA - Relatório Execução Financeira por Programas e Ações emitido em 14/02/2020 pela Coordenadoria de Orçamento - Diretoria Financeira.			

Do quadro acima, verifica-se que houve a capacitação de 744 servidores e magistrados durante o ano de 2019 pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão – ESMAM, ou seja, 71% do planejado no PPA utilizando-se 109% dos recursos financeiros programados, o que demonstra a ineficácia e a média eficiência da Ação 4438.





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

2. DA EXECUÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente para o exercício de 2019 é a de nº 10.908, de 17 de julho de 2018. Ela propõe as metas e diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2019. Os artigos 33 ao 41 da LDO 2019 disciplinam o procedimento de abertura de créditos adicionais para aquele exercício.

A unidade orçamentária do FESMAM previa dotação inicial na LOA 2019 no montante de R\$ 650.296,00 (seiscentos e cinquenta mil duzentos e noventa e seis reais). Mediante o Decreto do Executivo nº 34.852/2019 foi aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 292.125,04 (duzentos e noventa e dois mil cento e vinte e cinco reais e quatro centavos), tendo por fonte de recurso, o superávit financeiro apurado no exercício anterior. Assim, a dotação atualizada ao final do exercício restou em R\$ 1.007.125,04 (um milhão sete mil cento e vinte e cinco reais e quatro centavos).

Segue abaixo o resumo das alterações orçamentárias ocorridas no exercício de 2019:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS				
Nº	Origem do Recurso	Documento	Publicação	Valor
1	Superávit financeiro	Decreto nº 34.852	14/05/2019	292.125,04
Total				292.125,04
Acréscimo				292.125,04
Dotação Final				1.007.125,04

Fontes: Publicações no Diário da Justiça e no Diário Oficial do Estado do Maranhão encaminhados pela Coordenadoria de Orçamento – Diretoria Financeira.

As formalidades legais previstas na LDO e na LOA para fins de alterações orçamentárias foram cumpridas, não sendo identificado nenhum procedimento irregular na documentação analisada.





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

3. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente para o exercício de 2019, Lei nº 10.988 de 31 de dezembro de 2018, fixou créditos orçamentários ao Poder Judiciário no valor de R\$ 1.351.332.485,00 (um bilhão trezentos e cinquenta e um milhões trezentos e trinta e dois mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais), assim distribuídos:

LOA 2019	
UO's	Dotação Inicial
TJ e CGJ	1.219.321.485,00
TJ	1.197.357.485,00
CGJ	21.964.000,00
FERJ	120.336.000,00
FESMAM	715.000,00
FERC	7.350.000,00
FUNSEG-JE	3.610.000,00
Total	1.351.332.485,00

Fonte: LOA 2019 disponível em:

<https://seplan.ma.gov.br/files/2019/01/LOA2019Vers%C3%A3o-Final.pdf>, acessado em 20/03/2020.

O valor orçado à unidade orçamentária do FESMAM correspondeu a 0,05% do total fixado na LOA 2019. Quanto à fonte, os recursos desta unidade originam-se exclusivamente do Tesouro Estadual e integram o Orçamento Fiscal.

3.2. Da realização da receita

O FESMAM foi criado pela Lei nº 8.414/2006 com o objetivo de dotar a Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão – ESMAM dos meios





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

orçamentários e financeiros necessários à realização de suas finalidades legais, especialmente quanto à formação e ao aperfeiçoamento dos magistrados e servidores do Poder Judiciário do Maranhão. Nos termos do art. 2º desta norma são consideradas receitas do Fundo:

I - os recursos provenientes de inscrições em cursos, concursos, simpósios, congressos, conferências, painéis e debates;

II - os recursos provenientes de mensalidades de participantes matriculados em cursos regulares ou extraordinários;

III - os recursos provenientes da venda de revistas, jornais, boletins ou quaisquer outras obras editadas pela ESMAM;

IV - os auxílios, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, desde que destinados a atender às finalidades da ESMAM;

V - os recursos provenientes de doações e legados, bem como da cessão de direitos autorais patrimoniais de autores editados pela ESMAM;

VI - os recursos provenientes de convênios e de dotações do orçamento do Tribunal de Justiça;

VII - os recursos provenientes da exploração de dependências da Escola, mediante permissão remunerada de uso, destinada à venda de livros, à instalação de cantinas e a outras atividades econômicas consentâneas com as atividades da ESMAM;

VIII - quaisquer outros recursos que ingressem eventualmente.

Após análise do Balanço Orçamentário observa-se que o FESMAM arrecadou o valor de R\$ 22.709,74 (vinte e dois mil setecentos e nove reais e setenta e quatro centavos) no exercício de 2019, evidenciando um aumento na arrecadação de 63,83% em relação ao exercício anterior, como demonstrado no quadro a seguir:

Arrecadação-FESMAM			
Receitas	2018	2019	%
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria			





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

Receita Patrimonial	13.861,80	21.659,74	56,25%
Outras Receitas Correntes	-	1.050,00	
TOTAL	13.861,80	22.709,74	63,83%

Fonte: SIGEF - Balanço Orçamentário emitido em 20/02/2020 pela Coordenadoria de Contabilidade – Diretoria Financeira

Do confronto entre a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária empenhada apura-se um resultado orçamentário deficitário no período no valor de R\$ 684.532,46 (seiscentos e oitenta e quatro mil quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e seis centavos).

Apuração do Resultado Orçamentário	
	Realizada
Receita Orçamentária Realizada	22.709,74
Despesa Orçamentária Empenhada	707.242,20
Resultado Orçamentário	-684.532,46

Fonte: SIGEF - Balanço Orçamentário emitido em 20/02/2020 pela Coordenadoria de Contabilidade – Diretoria Financeira

Contudo, há de se ressaltar que o FESMAM depende da transferência de receita do Estado (Fonte 101 – Tesouro) para execução das suas ações. Considerando que a receita do Estado já foi contabilizada no exercício como receita orçamentária no Ente Federativo, caso fosse contabilizada as transferências recebidas como receita orçamentária no FESMAM haveria duplicidade de informações.

Segundo as orientações do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 8ª edição (2018, p.413) recomenda-se neste caso a adoção de Notas Explicativas com o detalhamento das receitas intraorçamentárias relevantes:

Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício.

3.2 Da realização da despesa

A despesa fixada na LOA para o exercício de 2019 à unidade orçamentária do FESMAM totalizou R\$ 715.000,00 (setecentos e quinze mil reais). No decorrer do exercício foi aberto crédito adicional suplementar que representou um acréscimo de R\$ 292.125,04 (duzentos e noventa e dois mil cento e vinte e cinco reais e quatro centavos). Assim, ao final do exercício a dotação orçamentária fixada restou em um montante de R\$ 1.007.125,04 (um milhão sete mil cento e vinte e cinco reais e quatro centavos).

No quadro abaixo vemos a execução orçamentária geral do FESMAM:

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						
PROGRAMA /AÇÃO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	%
		(A)	(B)	(C)	(B-C)	(C/B)
0543	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	715.000,00	1.007.125,04	707.242,20	299.882,84	70%
4438	PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO E DO CONHECIMENTO	715.000,00	1.007.125,04	707.242,20	299.882,84	70%





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

	NO PODER JUDICIÁRIO					
--	------------------------	--	--	--	--	--

Fonte: SISPCA - Relatório Execução Financeira por Programas e Ações emitido em 14/02/2020 pela Coordenadoria de Orçamento - Diretoria Financeira

A despesa realizada no exercício de 2019 totalizou R\$ 707.242,20 (setecentos e sete mil duzentos e quarenta e dois reais e vinte centavos), o que corresponde a 70% da dotação final e uma sobra orçamentária de R\$ 299.882,84 (duzentos e noventa e nove mil oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta e quatro centavos).





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face dos exames realizados, verificou-se que:

- a meta física foi cumprida na ordem de 71% do planejado pelo PPA utilizando-se 109% dos recursos financeiros programados, demonstrando a ineficácia e média eficiência da Ação 4438;
- o crédito adicional do exercício observou os requisitos legais para a sua abertura, indicando-se a existência de recursos para sua cobertura, conforme preceitua o art. 43 da Lei nº 4.320/64;
- a arrecadação do Fundo cresceu aproximadamente 64% em relação ao exercício anterior;
- o resultado orçamentário deficitário em R\$ 684.532,46, justifica-se em razão do FESMAM não ser uma entidade arrecadadora, contando para o custeio de suas despesas de receitas transferidas pelo Tesouro;
- as receitas de transferências intraorçamentárias do Tesouro à FESMAM devem ser objeto de nota explicativa no Balanço Orçamentário;
- a execução orçamentária da Ação 4438 atingiu um percentual de 70% da dotação final;
- as despesas realizadas constaram de rubricas específicas e em conformidade com a classificação funcional-programática da Lei nº 4.320/64.

São Luís, 14 de abril de 2020.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS
Diretor de Controle Interno
Diretoria de Controle Interno
Matrícula 107318

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 14/04/2020 22:11 (JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS)

